



Faculdade de São Vicente - FSV

Regimento

São Vicente/SP

2025.2



Sumário

TÍTULO I.....	- 6 -
DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS	- 6 -
TÍTULO II	- 7 -
DA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA	- 7 -
CAPÍTULO I.....	- 7 -
DAS ATRIBUIÇÕES DA MANTENEDORA.....	- 7 -
CAPÍTULO II.....	- 8 -
DA AUTONOMIA DA MANTIDA	- 8 -
TÍTULO III	- 8 -
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	- 8 -
CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS.....	- 8 -
CAPÍTULO II.....	- 9 -
DO CONSELHO SUPERIOR.....	- 9 -
CAPÍTULO III.....	- 11 -
DA DIRETORIA GERAL	- 11 -
CAPÍTULO IV	- 12 -
DAS COORDENADORIAS E DOS COLEGIADOS DE CURSO	- 12 -
SEÇÃO I.....	- 12 -
DAS COORDENADORIAS	- 12 -
SEÇÃO II	- 13 -
DOS COLEGIADOS DE CURSOS	- 13 -
SEÇÃO III.....	- 15 -
DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	- 15 -
SEÇÃO IV	- 16 -
DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	- 16 -
SEÇÃO V	- 16 -
DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD	- 16 -
CAPÍTULO V	- 17 -
DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO.....	- 17 -
CAPÍTULO VI	- 18 -
DOS ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORIA.....	- 18 -



SEÇÃO I	- 18 -
DA SECRETARIA ACADÊMICA.....	- 18 -
SEÇÃO II DA BIBLIOTECA.....	- 19 -
SEÇÃO III	- 20 -
DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE APOIO	- 20 -
TÍTULO IV	- 21 -
DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	- 21 -
CAPÍTULO I.....	- 21 -
DOS CURSOS.....	- 21 -
CAPÍTULO II.....	- 22 -
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	- 22 -
SEÇÃO I	- 22 -
DOS CURSOS.....	- 22 -
CAPÍTULO III.....	- 23 -
DA PESQUISA E DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	- 23 -
CAPÍTULO IV	- 23 -
DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	- 23 -
CAPÍTULO V	- 24 -
DOS CONTEÚDOS ESPECIAIS.....	- 24 -
CAPÍTULO VI	- 24 -
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	- 24 -
TÍTULO V	- 25 -
DO REGIME ACADÊMICO.....	- 25 -
CAPÍTULO I DO ANO LETIVO	- 25 -
CAPÍTULO II.....	- 26 -
DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO	- 26 -
CAPÍTULO III.....	- 26 -
DA AVALIAÇÃO, INSCRIÇÕES E RESULTADOS DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO	- 26 -
CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA	- 27 -
CAPÍTULO V	- 28 -
DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	- 28 -
CAPÍTULO VI	- 29 -



DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE	- 29 -
SEÇÃO I	- 30 -
DOS CURSOS	- 30 -
CAPÍTULO VII DO REGIME ESPECIAL	- 31 -
CAPÍTULO VIII	- 32 -
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	- 32 -
TÍTULO VI	- 33 -
DA COMUNIDADE ACADÊMICA	- 33 -
CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE	- 33 -
SEÇÃO I	- 33 -
DAS ATIVIDADES DOCENTES	- 33 -
CAPÍTULO II	- 34 -
DO CORPO DISCENTE	- 34 -
SEÇÃO I	- 34 -
DOS DIREITOS E DEVERES	- 34 -
SEÇÃO II	- 35 -
DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE	- 35 -
SEÇÃO III DA MONITORIA	- 36 -
CAPÍTULO III	- 37 -
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	- 37 -
TÍTULO VII	- 37 -
DO REGIME DISCIPLINAR	- 37 -
CAPÍTULO I	- 37 -
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS	- 37 -
CAPÍTULO II	- 39 -
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE	- 39 -
CAPÍTULO III	- 39 -
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE	- 39 -
CAPÍTULO IV	- 41 -
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	- 41 -
TÍTULO VIII	- 41 -
DA TUTORIA	- 41 -



TÍTULO IX	- 41 -
DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS.....	- 41 -
TÍTULO X	- 42 -
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	- 42 -



TÍTULO I DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS

Art. 1º. A Faculdade de São Vicente, doravante designada Faculdade, é uma instituição particular de ensino superior com limite territorial de atuação estabelecido no município de São Vicente, estado de São Paulo, mantida pela União Brasileira Educacional Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com fins educacionais e lucrativos, com sede e foro em São Vicente, estado de São Paulo.

§ 1º. A União Brasileira Educacional Ltda., doravante designada UNIBR, tem seu Contrato Social e alterações registrados no Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Vicente, estado de São Paulo, sob o nº 13157, em 31 de agosto de 2007.

§ 2º. A Faculdade rege-se pela legislação do ensino superior, pelo Contrato Social da UNIBR, no que for de sua competência, por este Regimento e por atos normativos internos, e pela legislação do ensino técnico de nível médio, autorizado.

Art. 2º. A Faculdade, como instituição de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivos nas áreas de conhecimento dos cursos que ministra:

- I. estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo;
- II. formar recursos humanos aptos para inserção no mercado de trabalho, para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como contribuir para sua contínua formação e atualização de conhecimento;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar sua concretização, integrando os saberes que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Faculdade;
- VIII. incentivar o desenvolvimento da consciência ecológica para as questões do cuidado com a sobrevivência do planeta.



TÍTULO II DA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DA MANTENEDORA

Art. 3º. A União Brasileira Educacional Ltda. – UNIBR, é responsável perante as autoridades públicas em geral, pela Mantida, a Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Art. 4º. Compete, precipuamente, à Mantenedora promover adequados meios de funcionamento das atividades da Faculdade colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

§ 1º. À Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil, orçamentária da Mantida, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor Geral da Faculdade.

§ 2º. Dependem da aprovação da UNIBR as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas, inclusive:

- I. orçamento anual da Faculdade;
- II. realização de convênios, parcerias, contratos e acordos que envolvam contrapartida, garantia ou ônus de qualquer natureza por parte da Faculdade;
- III. decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas ou redução de receitas;
- IV. fixação de salários e remuneração de pessoal docente e técnico-administrativo;
- V. definição da política salarial, a aprovação do plano de carreira docente e do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo, bem como dos programas de capacitação de pessoal;
- VI. contratação, admissão, afastamento, desligamento ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- VII. fixação dos valores relativos a taxas, mensalidades e demais encargos;
- VIII. decisão sobre extinção de cursos de tecnologia, graduação e de pós-graduação e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais, em conformidade com a legislação pertinente;
- IX. alterações deste Regimento.



CAPÍTULO II DA AUTONOMIA DA MANTIDA

Art. 5º. A Faculdade goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, financeira e patrimonial dentro dos limites que lhe são fixados pela legislação em vigor, por este Regimento e pelo Contrato Social da Mantenedora.

§ 1º. A autonomia didático-científica da Faculdade consiste em:

- I. propor a criação, alteração, suspensão do funcionamento e extinção dos cursos, vagas e regime escolar, observando as tendências do mercado de trabalho, do cenário socioeconômico e cultural, em conformidade com a legislação vigente;
- II. estabelecer a política de ensino, pesquisa e iniciação científica e extensão;
- III. planejar, organizar e atualizar continuamente a proposta pedagógica de seus cursos e programas, de acordo com a legislação vigente, mantendo coerência com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelos órgãos reguladores do Ministério da Educação;
- IV. conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades acadêmicas.

§ 2º. A autonomia administrativa das Faculdade consiste em:

- I. elaborar a proposta orçamentária a ser encaminhada à Mantenedora;
- II. propor à Mantenedora os valores relativos às taxas, mensalidades e demais encargos a serem fixados;
- III. propor alterações e emendas no Regimento;
- IV. elaborar e aprovar regulamentos, definir competências e atribuições dos órgãos colegiados e complementares.

§ 3º. A autonomia financeira e patrimonial da Faculdade consiste em:

- I. organizar e controlar o orçamento, tendo como meta a sustentabilidade financeira;
- II. preservar e promover a manutenção dos bens colocados à sua disposição pela Mantenedora.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS

Art. 6º. A Faculdade, para os efeitos de sua administração, compreende:



I - órgãos deliberativos e normativos:

- a) Conselho Superior - CONSU;
- b) Colegiados de Cursos de Graduação;
- c) Colegiados de Cursos de Formação Técnica de Nível Médio, quando aplicável;

II - órgãos executivos:

- a) Diretoria Geral;
- b) Coordenadorias de Cursos;
- c) Coordenadoria do Instituto Superior de Educação (ISE);
- d) Coordenadorias de Áreas Acadêmicas e de Áreas Administrativas;

III - órgãos de apoio acadêmico-administrativo e de assessoria:

- a) Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- b) Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP);
- c) Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
- d) Tecnologia e Informação;
- e) Secretaria Acadêmica;
- f) Biblioteca;
- g) Ouvidoria.

Parágrafo Único. Além dos órgãos mencionados no artigo anterior, podem ser criados outros por proposição da Diretoria Geral e aprovados pela Mantenedora, na medida das necessidades ditadas pela expansão da Faculdade.

CAPÍTULO II DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7º. O Conselho Superior (CONSU), foro soberano de natureza deliberativa, normativa, consultiva e última instância recursal, compõem-se dos seguintes membros:

- I. diretor geral da faculdade, que o preside;
- II. coordenadores de cursos;
- III. coordenador do ISE;
- IV. coordenadores dos núcleos acadêmicos e administrativos;
- V. dois representantes do corpo docente com mandato de dois anos, admitida a recondução, eleitos por seus pares;
- VI. um representante docente dos cursos técnicos, quando aplicável, eleito por seus pares, com mandato de dois anos, admitida a recondução;
- VII. um representante do corpo discente, com mandato de um ano, eleito entre os representantes e vice representantes de classe;
- VIII. um representante do corpo técnico-administrativo com mandato de dois anos, admitida a recondução, indicado pela Direção Geral;



IX. um representante da UNIBR, indicado pela mantenedora.

§ 1º. O CONSU reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 2º. Das deliberações do Conselho Superior da Faculdade não caberá recurso ao Ministério da Educação ou ao Conselho Nacional de Educação, sendo que a instância administrativa se exaure no âmbito da própria Instituição, salvo naquelas matérias de competência desses órgãos, definidas em lei.

§ 3º. Os membros indicados nos incisos de I a V são membros representantes enquanto permanecerem nas respectivas funções.

§ 4º. No caso da existência de mais de uma Unidade da Faculdade no mesmo município, o órgão colegiado é único, podendo haver Diretores de Campi como membros.

§ 5º. Preside o Conselho Superior da Instituição o Diretor Geral da Faculdade e, em sua ausência ou impedimento, será substituído por um coordenador de curso ou docente, indicado pela Mantenedora.

Art. 8º. Compete ao CONSU:

- I. exercer a jurisdição superior e determinar as políticas e diretrizes de ensino, pesquisa e extensão de conformidade com os objetivos e normas emanadas do sistema federal de ensino, da UNIBR e definidas neste Regimento;
- II. aprovar, na sua instância, o Regimento da Faculdade e suas alterações, por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros presentes à sessão em que a matéria seja apreciada e votada;
- III. referendar o plano de atividades e a proposta de orçamento anual da Faculdade, bem assim os acordos e convênios propostos pela UNIBR com entidades nacionais ou estrangeiras que envolvam o interesse institucional.
- IV. deliberar sobre a criação, modificação, suspensão ou extinção de cursos superiores, fixando-lhes as vagas, as matrizes curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei e deste Regimento;
- V. fixar normas gerais e complementares às deste Regimento sobre processo seletivo de ingresso aos cursos superiores, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação discente e de curso, planos de estudos especiais e outros que se incluam no âmbito de suas competências;
- VI. homologar regulamentos pertinentes as políticas de acessibilidade, inclusão social, responsabilidade social, direitos humanos, extensão, que visem medidas, projetos e ações para aperfeiçoar os planos de Acessibilidade para pessoas com deficiência



ou mobilidade reduzida e os planos para a Acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal, proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro Autista;

- VII. estimular e supervisionar o processo da avaliação institucional da Faculdade;
- VIII. decidir sobre a concessão de títulos honoríficos e benemerência e sobre a instituição de símbolos e marcas para o uso de sua comunidade acadêmica;
- IX. deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;
- X. aprovar os ordenamentos institucionais dos demais órgãos da Faculdade;
- XI. deliberar em primeira instância ou em grau de recurso sobre representações ou recursos que lhe forem encaminhados;
- XII. decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- XIII. apreciar atos do Diretor Geral praticados "ad referendum" deste colegiado;
- XIV. exercer outras atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA GERAL

Art. 9º. A Diretoria Geral, órgão executivo superior de administração, organização, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades da Faculdade, é exercida pelo Diretor Geral, assistido por assessoria acadêmica, coordenadores de cursos, coordenadores de núcleos de apoio, e demais órgãos administrativos.

Parágrafo único. O Diretor Geral é de livre escolha e designação da UNIBR, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido.

Art. 10. A Diretoria Geral tem sua organização e funcionamento definidos em regimento próprio, baixado pelo Diretor Geral, ouvidos os órgãos deliberativos da Faculdade e a UNIBR.

Art. 11. São atribuições do Diretor Geral:

- I. organizar e dirigir a Faculdade, com abertura à colaboração dos segmentos da comunidade acadêmica e dos parceiros externos;
- II. representar a Faculdade, interna e externamente, em juízo ou fora dele, no âmbito de suas atribuições;
- III. convocar e presidir as reuniões do CONSU;
- IV. promover a elaboração do plano anual e do relatório de atividades da Faculdade e encaminhá-los à aprovação do CONSU;
- V. elaborar a proposta orçamentária da Faculdade e submetê-la à apreciação do CONSU, para posterior homologação pela UNIBR;



- VI. decidir sobre os pedidos e trancamentos de matrícula e de transferência de alunos;
- VII. conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos;
- VIII. designar os membros dos Colegiados de Curso;
- IX. propor à UNIBR a contratação e a dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- X. constituir comissões e grupos de trabalho com finalidades específicas para implementação das políticas educacionais da Faculdade;
- XI. promover as medidas e providências necessárias à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento dos cursos, bem como as relativas ao credenciamento da Faculdade;
- XII. promover a avaliação institucional e pedagógica dos cursos;
- XIII. exercer o poder disciplinar na jurisdição da Faculdade e zelar pela manutenção da ordem em suas dependências, respondendo por abuso ou omissão;
- XIV. propor ao CONSU a concessão de títulos honoríficos ou de benemerência;
- XV. praticar os demais atos que decorram, implícita ou explicitamente, das atribuições previstas em lei, neste Regimento e em ordenamentos complementares internos da Faculdade;
- XVI. resolver os casos omissos neste Regimento *ad referendum* do CONSU.

CAPÍTULO IV
DAS COORDENADORIAS E DOS COLEGIADOS DE CURSO
SEÇÃO I
DAS COORDENADORIAS

Art. 12. As Coordenadorias são órgãos executivos de orientação, coordenação e supervisão das atividades acadêmicas e administrativas em seu âmbito de atuação.

§ 1º. Para atendimento a necessidades específicas decorrentes do funcionamento e expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Faculdade pode instituir Coordenadorias de Áreas Acadêmicas e de Áreas Administrativas, por deliberação do CONSU, à vista de proposta fundamentada da Diretoria Geral.

§ 2º. A estrutura, organização e as atribuições das coordenações a que se refere o parágrafo anterior são disciplinadas em regulamento da Diretoria Geral.

Art. 13. As Coordenadorias de Curso, órgãos de administração imediata dos cursos, são exercidas por coordenadores de curso designados pelo Diretor Geral.

Art. 14. Compete aos coordenadores de cursos:

- I. exercer a coordenação das atividades didáticas e o planejamento do curso, assegurando coerência entre a prática educacional e as diretrizes didático-



-
- pedagógicas fixadas pelo Colegiado de Curso;
 - II. implementar o projeto pedagógico do curso e propor sua revisão e atualização em face das necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento;
 - III. supervisionar a elaboração e o cumprimento dos planos de ensino das disciplinas, buscando assegurar articulação, consistência e atualização dos mesmos;
 - IV. acompanhar a observância do regime escolar, o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria de Curso;
 - V. acompanhar e orientar os programas de estágio e monitoria no âmbito do curso;
 - VI. propor à Diretoria Geral nomes de alunos para participação em atividades de monitoria;
 - VII. pronunciar-se sobre pedidos de transferência, reingresso, reabertura de matrícula, aproveitamento de estudos e adaptação curricular;
 - VIII. propor a admissão, promoção, afastamento e dispensa de pessoal docente sob sua coordenação;
 - IX. adotar as medidas recomendadas para implementar o processo de avaliação dos cursos, de acordo com as orientações emanadas da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - X. acompanhar projetos e eventos de extensão da área do curso;
 - XI. relacionar-se com organizações da sociedade, com vistas à atualização e flexibilização dos currículos às condições socioeconômicas, culturais e de mercado;
 - XII. coordenar a organização de eventos no âmbito do curso e manter articulação com os demais órgãos acadêmicos visando à promoção de atividades interdisciplinares, culturais e científicas;
 - XIII. dar assistência aos alunos nas suas dificuldades de aprendizagem;
 - XIV. convocar e presidir reuniões do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
 - XV. decidir sobre matéria de urgência *ad referendum* do Colegiado de Curso;
 - XVI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Geral.

Parágrafo único. Os coordenadores são nomeados para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

SEÇÃO II DOS COLEGIADOS DE CURSOS

Art.15. Os Colegiados de Curso, com funções consultivas e de orientação pedagógica no que respeita aos respectivos cursos, compõem-se dos seguintes membros:

- I. coordenador do curso respectivo, que preside o colegiado;
- II. corpo docente do curso;



-
- III. um (1) representante do corpo discente do curso, matriculado e frequente, indicado entre os alunos representantes de turma, com mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 1º. Em suas faltas ou impedimentos, o coordenador de curso é substituído por professor do próprio curso que o Diretor Geral designar.

§ 2º. Para os cursos técnicos, a Faculdade poderá optar por manter um único colegiado de cursos, abrangendo todas as áreas, com a seguinte configuração:

- I. coordenadores pedagógicos dos cursos técnicos, sendo indicado pela direção geral quem preside o colegiado;
- II. um representante docente por curso técnico, escolhido pelo respectivo coordenador pedagógico do Curso;
- III. um (1) representante do corpo discente do curso técnico, matriculado e frequente, indicado entre os alunos representantes de turma, com mandato de um ano, permitida a recondução.

Art.16. Aos Colegiados de Curso compete:

- I. formular as diretrizes didático-pedagógicas dos respectivos cursos;
- II. apreciar propostas de reformulação dos projetos de pedagógicos dos cursos;
- III. acompanhar a avaliação do curso realizada pela CPA;
- IV. aprovar, no âmbito de sua competência, regulamentos e normas de execução de programas de estágios e monitoria, em conformidade com as políticas e diretrizes superiores;
- V. aprovar projetos, medidas e ações propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos e Núcleos de Apoio da Faculdade, que visem combater ao racismo e valorizar a História e Cultura Afro-brasileira Africana e Indígena, os direitos humanos e a proteção ao meio ambiente;
- VI. apreciar projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, e acompanhá-los, direta ou indiretamente, depois de aprovados;
- VII. apreciar programas de produção acadêmica e de iniciação científica inerentes às áreas de conhecimento do curso;
- VIII. propor medidas para desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias ao processo de ensino-aprendizagem;
- IX. propor a admissão de monitor e bolsistas de iniciação científica, obedecidas as normas regimentais, e indicar as carências na área;
- X. deliberar, em primeira instância, sobre questões referentes à matrícula, transferência, às representações de professores e alunos e aos recursos interpostos sobre matérias de ordem acadêmica e disciplinar;
- XI. pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento de estudos e adaptações



-
- XII. curriculares, assim como sobre a aceleração e recuperação de estudos; opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento dos docentes do curso;
 - XIII. deliberar sobre a organização e o funcionamento dos laboratórios e o uso de outros recursos didáticos destinados aos respectivos cursos;
 - XIV. exercer outras atribuições na esfera de sua competência ou que lhe forem atribuídas.

Art.17. Os Colegiados de Curso reúnem-se, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo coordenador de curso, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação o horário, o local e a pauta da reunião.

SEÇÃO III DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 18. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

Art. 19. Os cursos de graduação da Faculdade terão, cada um deles, vinculado a seu coordenador, o próprio Núcleo Docente Estruturante (NDE), a que caberá:

- I. acompanhar a implantação do curso, propondo medidas para solucionar os problemas detectados;
- II. sugerir encaminhamentos metodológicos para aprofundar a visão interdisciplinar das atividades curriculares;
- III. sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento do curso;
- IV. acompanhar a avaliação do curso e fazer sugestões para aperfeiçoá-lo, consubstanciadas na autoavaliação e na avaliação externa;
- V. participar da execução e atualização do projeto pedagógico do curso, contribuindo para o seu aprimoramento, com vista à consolidação do perfil profissional do egresso;
- VI. formular e propor parâmetros para a elaboração dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. indicar linhas de pesquisa e atividades de extensão que concorram para a promoção da unidade do ensino, da pesquisa e da extensão; VIII - encaminhar propostas de organização, funcionamento e avaliação das atividades de Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso;
- VIII. formular proposições orientadas para o aprofundamento das inter-relações do curso com a comunidade e a elevação de sua relevância para o desenvolvimento econômico e social;



- IX. desenvolver proposta de atendimento à legislação específica sobre os conteúdos especiais, conforme destacados no Artigo 54 deste regimento.
- X. zelar pela observância das diretrizes curriculares nacionais aplicáveis ao respectivo curso.

Art. 20. O NDE será constituído do coordenador do curso e de quatro professores do quadro docente do curso a que são vinculados.

§ 1º. Cabe ao coordenador do curso exercer a coordenação do NDE.

§ 2º. Os quatro docentes referidos no *caput* deste artigo serão indicados pelo Coordenador de Curso, em conformidade com a legislação.

§ 3º. Para evitar descontinuidades nos trabalhos, requer-se que a substituição dos membros do NDE referidos no parágrafo anterior se faça sempre parcialmente.

§ 4º. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Coordenador, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou pela maioria de seus membros titulares.

SEÇÃO IV DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Art. 21. As atividades educacionais e administrativas da Faculdade são objeto de permanente avaliação, visando ao seu aperfeiçoamento contínuo.

Art. 22. Compete à Comissão Própria de Avaliação - CPA, prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, proceder à avaliação da Faculdade, com o objetivo de propor medidas para a melhoria dos serviços que oferece à sociedade.

§ 1º. A CPA é composta de representantes dos corpos docente e discente, do corpo técnico-administrativo da Faculdade e por membro da sociedade civil, designados pelo Diretor Geral.

§ 2º. Assegura-se autonomia à CPA na condução do processo de avaliação institucional, nos termos da legislação pertinente.

§ 3º. A composição e o funcionamento da CPA são definidos em regulamento próprio, aprovado pelo CONSU, devendo ser amplamente divulgado no âmbito institucional.

SEÇÃO V DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD



Art. 23. O Núcleo de Educação a Distância – NEAD – da Faculdade, é um órgão executivo da administração básica, vinculado à Direção Geral, constituído para o desenvolvimento da educação a distância, com atuação determinada por dispositivos legais dessa modalidade de ensino.

Art. 24. A oferta de cursos na modalidade a distância contará com Polos de EAD, em todo o território nacional, integrados academicamente à Sede da Faculdade, e atuam como unidades operacionais de apoio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas, relativas aos cursos e programas ofertados.

§1º Os Polos de EAD, conforme conveniência da Faculdade e aprovação da Mantenedora, podem ser aglutinados, ampliados, transferidos ou desativados, nos termos da legislação pertinente.

§2º Havendo interesse da Faculdade, podem ser implantados Polos de EAD fora do território nacional, em conformidade com a Mantenedora.

Art. 25. As atividades de tutorias, avaliações, estágios curriculares, práticas profissionais e de laboratório, defesa de trabalhos, presenciais, quando previstas nos PPC em conformidade com as diretrizes curriculares dos cursos, serão realizadas na sede da Faculdade, nos Polos de EaD ou em ambiente profissional, este podendo ser organizado de forma exclusiva para atendimento de estágios supervisionados e de atividades presenciais dos cursos a distância, ou em articulação com os Polos de EaD.

Parágrafo único. São considerados ambientes profissionais: empresas públicas ou privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais, destinados a integrarem os processos formativos de cursos superiores a distância, como a realização de atividades presenciais ou estágios supervisionados, com justificada relevância descrita no PPC.

CAPÍTULO V DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Art. 26. O Instituto Superior de Educação (ISE) é órgão da estrutura da Faculdade com a finalidade de superintender a execução dos programas de formação, desenvolvimento e atualização docente para a educação infantil e o ensino básico, os quais podem incluir:

- a) curso normal superior, para licenciatura de profissionais de educação infantil e de ensino fundamental;
- b) cursos de licenciatura, destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- c) programas de educação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;



- d) programas especiais de formação pedagógica, destinados aos portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou do ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade;
- e) formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

§1º. Sempre que a execução dos programas o requerer, pode o Diretor Geral da Faculdade, à vista de proposta fundamentada do coordenador do ISE, instituir unidades organizacionais para a gestão de seus programas específicos.

§2º. Em suas ausências e impedimentos, o coordenador do ISE é substituído por coordenador de curso de licenciatura ou docente da área, indicado pelo Diretor Geral.

Art. 27. São atribuições do coordenador do ISE:

- I. planejar, organizar e supervisionar a realização dos cursos e programas da área de competência do órgão;
- II. por intermédio do Diretor Geral, encaminhar à deliberação do CONSU propostas de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- III. manter articulação permanente entre os coordenadores de curso objetivando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade;
- IV. acompanhar o desempenho docente e o desenvolvimento das atividades de ensino;
- V. participar efetivamente do processo de avaliação institucional do ISE;
- VI. zelar pela fiel observância da legislação do ensino, deste Regimento e das normas complementares emanadas dos órgãos superiores;
- VII. representar o ISE, interna e externamente, observada a área de competência do ISE;
- VIII. praticar outros atos que decorram implicitamente de suas atribuições.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORIA

Art. 28. Os órgãos de apoio acadêmico-administrativo integram a estrutura organizacional da Diretoria Geral, entre eles: Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Núcleos de Apoio: Psicopedagógico, de Estágios, de Pesquisa, de Extensão, entre outros.

Parágrafo único. Além dos órgãos de que trata o *caput*, outros poderão ser instituídos, por ato do Diretor Geral, no desenvolvimento da estrutura organizacional da Faculdade, e suas atribuições serão disciplinadas por regulamento do Diretor Geral.

SEÇÃO I DA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 29. A Secretaria Acadêmica é o órgão central do sistema de assentamentos acadêmicos



da Faculdade, congregando e unificando os registros dos atos e fatos dos corpos docente e discente decorrentes dos cursos ministrados.

Parágrafo único. A Secretaria Acadêmica é dirigida por um Secretário Acadêmico, sob a orientação do Diretor Geral, tendo sob sua guarda os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos previstos neste Regimento e pela legislação vigente.

Art. 30. Compete ao Secretário Acadêmico:

- I. chefiar a Secretaria Acadêmica, fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares para o bom andamento dos serviços;
- II. responder pelo assentamento e controle geral dos documentos próprios dos cursos, de modo que se atenda, prontamente, a pedidos de informação ou esclarecimentos de interessados ou da própria comunidade acadêmica;
- III. secretariar as reuniões do CONSU, lavrando as respectivas atas;
- IV. abrir e encerrar os termos referentes a todos os atos acadêmicos, submetendo-os à assinatura do Diretor Geral;
- V. organizar os dados estatísticos e os documentos necessários aos relatórios dos órgãos executivos da Faculdade;
- VI. acatar, cumprir e fazer cumprir as determinações dos órgãos deliberativos e executivos da Faculdade;
- VII. convocar, com base no edital próprio, os candidatos classificados no processo seletivo de admissão aos cursos da Faculdade;
- VIII. coordenar os trabalhos de expedição de diplomas de cursos de graduação, encaminhando-os para registro pelos órgãos competentes, de certificados de cursos de pós-graduação e expedir diplomas de cursos técnicos de nível médio;
- IX. manter atualizada a coleção de leis, regulamentos, regimentos, instruções, despachos, ordens de serviços e os livros de escrituração;
- X. elaborar plano de trabalho da Secretaria Acadêmica;
- XI. responder pela guarda e inviolabilidade dos documentos e arquivos acadêmicos;
- XII. assinar diplomas e certificados com o Diretor Geral;
- XIII. acompanhar a gestão das Matrizes: manutenção das matrizes curriculares, parâmetros de média e equivalências, dos cursos técnicos e superiores;
- XIV. exercer as demais atribuições que lhe forem confiadas.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Diretor Geral, os certificados de conclusão dos cursos de graduação da Faculdade serão assinados somente pelo Secretário Acadêmico.

SEÇÃO II DA BIBLIOTECA



Art. 31. A Biblioteca, órgão de apoio acadêmico diretamente vinculado à Diretoria Geral, funciona sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado.

Art. 32. A Biblioteca tem o objetivo de funcionar como centro dinâmico de prestação de serviços de informação aos usuários, apoiando-se na realização de pesquisas e levantamentos bibliográficos, bem como o de promover e divulgar atividades artísticas e culturais.

Parágrafo único. A organização, as políticas e o funcionamento da Biblioteca são definidos em regulamento próprio, aprovado pelo Diretor Geral.

Art. 33. Cabe ao Bibliotecário responsável pela Biblioteca, entre outras funções:

- I. organizar, avaliar e implementar melhorias nos serviços administrativos e gerais;
- II. responder pela guarda e conservação do acervo;
- III. proceder à cotação e aquisição de acervo mediante aprovação do Diretor Geral;
- IV. atender ao público quanto a consultas, empréstimos, levantamentos bibliográficos e pesquisas;
- V. proceder ao registro, classificação, catalogação e controle de livros, publicações, periódicos, acervo de vídeos e CDs e demais documentos técnicos de interesse da Faculdade e emissão dos respectivos relatórios;
- VI. colocar à disposição dos docentes material informativo sobre publicações atualizadas nas áreas dos cursos;
- VII. transformar a Biblioteca em espaço de divulgação cultural da Faculdade e da comunidade, efetivando melhorias contínuas e atualização permanente do processo de informatização;
- VIII. efetivar intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação propondo parcerias, com aprovação do Diretor Geral;
- IX. elaborar planos de trabalho da Biblioteca, submetendo-os a aprovação da Diretoria Geral;
- X. auxiliar na cotação e aquisição de acervo;
- XI. desempenhar demais atribuições correlatas e outras que lhe sejam previstas e determinadas neste Regimento.

SEÇÃO III DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 34. A estrutura, a organização e as atribuições dos demais órgãos de apoio acadêmico-administrativo de que trata o parágrafo único do art. 29 são disciplinadas em regulamento da Diretoria Geral.



TÍTULO IV DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

CAPÍTULO I DOS CURSOS

Art. 35. A Faculdade ministra cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnológico, de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e de extensão, presenciais e à distância, observando as diretrizes curriculares e a legislação em vigor, e cursos técnico de nível médio, desde que autorizado e organizado de acordo com a legislação vigente.

Art. 36. Os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que obtenham classificação em processo seletivo e destinam-se à formação profissional de nível superior.

Parágrafo Único. Os cursos de graduação da modalidade presencial, poderão ser ofertados no modelo ensino híbrido ou semipresencial, obedecida a legislação aplicável, e sujeitos à aprovação do CONSU.

Art. 37. Os cursos de pós-graduação em nível de especialização são abertos aos portadores de diplomas registrados de graduação e têm por objetivo o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art. 38. Os cursos de extensão e de aperfeiçoamento, abertos aos portadores dos requisitos definidos para acesso a cada curso particular, objetivam divulgar conhecimentos e técnicas, concorrendo para atualização e o aperfeiçoamento cultural da comunidade.

Art. 39. Os cursos sequenciais, instituídos por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, são abertos a candidatos que atendam aos requisitos exigidos.

Art. 40. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade subsequente, serão ofertados a candidatos quem tenham concluído o ensino médio e obtenham classificação em processo seletivo da Faculdade, respeitado o número de vagas ofertadas.

§ 1º. Serão concebidos de forma a proporcionar habilitação ou qualificação profissional técnica de nível médio, segundo perfil profissional de conclusão, de acordo com as normas estipuladas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos técnicos e em harmonia com a dinâmica do setor produtivo e os anseios da sociedade, e poderão ser ofertados na modalidade presencial ou a distância, nos termos da lei.



§ 2º. Os Cursos Técnicos de Nível Médio obedecem a um Projeto Pedagógico específico, dinâmico e pode ser revisto e alterado, ao longo do curso, em função das normas legais de ensino, da proposta pedagógica da Faculdade, das necessidades do mercado de trabalho e de outros aspectos que se refiram à melhoria de sua qualidade.

§ 3º. Os cursos técnicos poderão ser organizados em períodos letivos anuais ou semestrais, ouvido o Conselho Superior, nos quais são oferecidas as disciplinas.

Art. 41. A Faculdade pode organizar outros cursos ou programas, de duração plena ou de curta duração, presenciais ou a distância observada à legislação em vigor, para atender às exigências de sua programação específica ou necessidades do mercado de trabalho e interesses da sociedade, desde que previamente autorizados pelos órgãos competentes.

Art. 42. A programação e regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* são aprovadas pelo CONSU, com base em projetos específicos, observadas as diretrizes da política nacional de pós-graduação estabelecida pelos órgãos competentes.

Art. 43. Os programas de pós-graduação podem ser mantidos exclusivamente pela Faculdade ou mediante convênios firmados com outras instituições, públicas ou particulares.

Art. 44. A Faculdade reserva-se o direito de não oferecer cursos e habilitações quando o número de candidatos não corresponder às diretrizes econômicas, administrativas ou pedagógicas estabelecidas pela UNIBR em seu planejamento anual.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

SEÇÃO I DOS CURSOS

Art. 45. O currículo de cada curso de graduação e de formação técnica de nível médio compreende uma sequência ordenada de disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais, cuja integralização pelo aluno dá-lhe o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

Parágrafo único. Os currículos dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e graduação tecnológica e de formação técnica de nível médio atendem aos requisitos das Diretrizes Curriculares Nacionais e ao estabelecido nos respectivos projetos pedagógicos.

Art. 46. Entende-se por disciplina um conjunto homogêneo e delimitado de conhecimentos ou técnicas correspondentes a um programa de estudos e atividades, que se desenvolve em determinado número de horas de aula ao longo de cada período letivo.



§1º. O programa de cada disciplina, sob a forma de Plano de Ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

§2º. É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo e carga horária estabelecidos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Art. 47. A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral, podendo sofrer alteração submetida à aprovação do CONSU.

Art. 48. A Faculdade informa aos interessados, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, os requisitos, os quadros docentes com suas qualificações, os recursos disponíveis, o sistema de avaliação e outras informações, amplamente divulgados na comunidade acadêmica por meio impresso ou eletrônico, integrando o catálogo de cursos, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Art. 49. Obedecidas às disposições legais próprias, a Faculdade procede, regularmente, à avaliação de cursos e do desempenho discente.

CAPÍTULO III DA PESQUISA E DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 50. A Faculdade estimula, incentiva e apoia a pesquisa e a iniciação científica diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de eventos científicos, intercâmbio com outras instituições, divulgações dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios a seu alcance.

Parágrafo único. A coordenação dos projetos de pesquisa e de iniciação científica é definida pelo Diretor Geral.

Art. 51. Cabe ao CONSU, por proposta do Diretor Geral, dispor sobre as atividades de iniciação científica e de pesquisa nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

CAPÍTULO IV DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 52. A Faculdade mantém atividades de extensão cultural, mediante a prestação de serviços à comunidade, relacionadas às atividades de ensino e pesquisa, das quais são indissociáveis.



Parágrafo único. As atividades de extensão estão afetas ao órgão que as executam, sendo realizadas sob a forma de:

- I. atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas ou privadas;
- II. participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;
- III. promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.
- IV. cursos vinculados aos projetos e linhas de iniciação científica definidos no projeto pedagógico institucional.

Art. 53. Cabe ao CONSU, por proposta do Diretor Geral, dispor sobre as atividades de extensão nos aspectos relativos à organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à avaliação e divulgação.

CAPÍTULO V DOS CONTEÚDOS ESPECIAIS

Art. 54. A Faculdade incluirá nos conteúdos de componentes curriculares ou em atividades curriculares diversas, a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Educação Ambiental; e Educação em Direitos Humanos, bem como outras temáticas que venham a ser determinadas em lei.

Parágrafo único. Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação desenvolverão propostas de atendimento à legislação específica sobre os conteúdos especiais definidos no caput do artigo, orientadas à submissão dos Colegiados de Cursos.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 55. A avaliação institucional contempla a análise global e integrada das dimensões: estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da Faculdade, sendo realizada com a participação dos docentes, dos discentes e do pessoal técnico-administrativo, bem como da sociedade civil organizada, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

§1º. Compete à CPA, constituída por representantes da comunidade acadêmica interna e da sociedade civil organizada, coordenar a condução dos processos de avaliação internos da Faculdade, de sistematização e prestação de informações solicitadas.

§2º. A CPA atua com autonomia em relação aos órgãos colegiados da Faculdade.

§3º. A natureza, as atribuições, a estrutura organizacional, o funcionamento e demais



disposições do processo de avaliação institucional constam de manual próprio, proposto pela Diretoria Geral e aprovado pelo CONSU observada as diretrizes e normas emanadas dos órgãos responsáveis.

TÍTULO V DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I DO ANO LETIVO

Art. 56. O ano letivo, independente do ano civil, abrange no mínimo duzentos dias distribuído em dois períodos letivos regulares, cada um com cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados aos exames finais.

§ 1º. É obrigatória a frequência de alunos e professores nos cursos de natureza presencial, para cumprimento da carga horária e dos dias letivos estabelecidos.

§ 2º. O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário, para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e da carga horária estabelecidos nos planos de ensino dos componentes curriculares nele ministrados.

§ 3º. Entre os períodos letivos são executados programas de ensino extracurriculares, de pesquisa e extensão visando à utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis, respeitadas as condições didático-pedagógicas previstas neste Regimento.

Art. 57. As atividades letivas e acadêmicas da Faculdade são programadas e divulgadas aos interessados, antes de cada período letivo, em Calendário, no Manual do Aluno e por outros meios, dos quais constem as datas de início e encerramento dos períodos letivos, de matrícula, o período de exames, bem como informações sobre os programas dos cursos superiores e de nível técnico e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 1º. O calendário acadêmico, a ser submetido à aprovação do CONSU, pode incluir períodos de estudos e atividades intensivas ou complementares, destinados ao cumprimento de dependências e adaptações.

§ 2º. O Diretor Geral pode alterar a programação das atividades acadêmicas de que trata o *caput* do artigo, sempre que o interesse do ensino e da administração acadêmica assim exigir, submetendo as alterações à deliberação dos colegiados de cursos.

Art. 58. Aos alunos é facultada a solicitação de Regime Especial com aplicação de exercícios



domiciliares, conforme a legislação em vigor e as normas aprovadas pelo CONSU.

CAPÍTULO II DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO

Art. 59. O ingresso nos cursos ministrados pela Faculdade realiza-se mediante processo seletivo, com vistas a verificar a capacidade para ingresso no ensino superior e nos cursos técnicos de nível médio e o preenchimento das vagas ofertadas em cada curso e turno de funcionamento, em tudo obedecida à legislação vigente e as normas definidas pelo CONSU.

Parágrafo único. Para os cursos técnicos, as vagas poderão ser direcionadas, integral ou parcialmente, ao Programa de Bolsa-Formação, e obedecerão às normas de seleção estabelecidas pelo MEC.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO, INSCRIÇÕES E RESULTADOS DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO

Art. 60. As inscrições para o processo seletivo são abertas por Edital, do qual constam os cursos e as habilitações oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrições, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

Art. 61. Os resultados obtidos pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também podem ser utilizados no processo seletivo, desde que assim seja definido pelo CONSU.

Art. 62. A classificação se faz pela ordem decrescente dos resultados obtidos com o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos no Edital.

§ 1º. A classificação obtida é válida para a matrícula no período estabelecido no edital para o qual se realiza o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§2º. A Faculdade poderá adotar formas diversificadas de processos seletivos, segundo a natureza dos cursos oferecidos e das vagas a serem preenchidas.

§3º. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo, ou ainda restando vagas nelas poderão ser recebidos portadores de diploma de graduação e alunos transferidos de outro curso ou instituição.



CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA

Art. 63. A matrícula, ato formal de ingresso no curso, superior e de nível técnico, e vinculação à Faculdade, realiza-se na Secretaria Acadêmica, em prazos estabelecidos no calendário acadêmico, instruído com a documentação legal exigida e a requerida pela Faculdade.

Parágrafo único. A formalização da matrícula se faz mediante a assinatura do contrato de prestação de serviços educacionais.

Art. 64. O candidato classificado que não se matricular dentro do prazo estabelecido e não apresentar os documentos exigidos perde o direito à matrícula e ao vínculo institucional.

§1º. Nenhuma justificativa exime o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos para a matrícula.

§2º. O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no edital.

§3º. A matrícula é cancelada se o aluno utilizar documento falso para efetuar-la.

§4º. O não atendimento dos requisitos estabelecidos para a manutenção da bolsa-formação, no caso dos cursos técnicos, para alunos que utilizem o benefício concedido pelo Governo Federal, a matrícula será cancelada.

Art. 65. A cada semestre letivo e dentro dos prazos estabelecidos no calendário acadêmico, o aluno deve, obrigatoriamente, renovar a matrícula.

§1º. A não renovação da matrícula, no prazo previsto, implica abandono da Faculdade, de maneira automática e independentemente de aviso ou notificação, sendo assegurado à UNIBR o direito de cobrança do que lhe for devido pelo aluno.

§2º. A renovação de matrícula é instruída com os comprovantes de pagamento dos encargos educacionais e de quitação de parcelas referentes ao período letivo anterior.

Art. 66. O aluno regularmente matriculado poderá requerer trancamento de matrícula por um ano, podendo ser renovado por mais um ano, obrigando-se o aluno, no entanto, ao pagamento da taxa correspondente ao trancamento.

§ 1º. O trancamento só poderá ser feito após a efetivação da matrícula.

§ 2º. O aluno que não reiniciar suas atividades escolares após o período máximo de trancamento, perderá sua vaga e será considerado desistente.



§ 3º. O trancamento interrompe as obrigações financeiras do aluno para com a Faculdade a partir do mês seguinte ao vincendo.

§ 4º. Ao retornar aos estudos, o aluno sujeitar-se-á a fazer as adaptações curriculares decorrentes das mudanças que tenham ocorrido na matriz curricular de seu curso durante o período de duração do trancamento.

§ 5º. A Direção Geral da Faculdade poderá autorizar a renovação da matrícula de aluno considerado desistente na forma do parágrafo anterior, analisadas as razões de cada caso e ressalvados os interesses da instituição.

Art. 67. Quando da ocorrência de vagas, a Faculdade pode abrir matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo, sempre que o número de interessados for maior que o de vagas.

Parágrafo único. Obtida a aprovação na respectiva disciplina, esta fará parte do histórico escolar do aluno, podendo os estudos realizados ser objeto de aproveitamento, segundo as disposições do presente Regimento.

Art. 68. Os prazos mínimos e máximos de integralização dos cursos de graduação e dos cursos técnicos de nível médio da Faculdade são fixados nos respectivos projetos pedagógicos, nos termos da legislação.

Parágrafo único. No caso de não integralização do curso no prazo previsto, por motivo de força maior, devidamente comprovado, o aluno pode, a critério do Colegiado de Curso, requerer no semestre letivo dilação do prazo, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 69. Em qualquer época e mediante requerimento expresse, será concedido o cancelamento de matrícula de aluno regularmente matriculado, gerando este ato o rompimento definitivo do vínculo acadêmico do discente com a Faculdade e com o curso em que estiver matriculado, condicionado o deferimento do pedido à comprovação, pelo aluno, de quitação com todas as obrigações financeiras assumidas para com a UNIBR, até o mês do requerimento, inclusive este, independentemente da data do vencimento da parcela do referido mês.

CAPÍTULO V DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 70. É concedida matrícula ao aluno transferido de curso superior e de curso técnico de instituição congênere, nacional ou estrangeira, mediante processo seletivo, a não ser nos



casos previstos na legislação, na estrita conformidade das vagas existentes e da legislação vigente, desde que requerida no prazo fixado.

§1°. A transferência *ex-officio* se efetiva na forma da lei, entre instituições vinculadas a qualquer dos sistemas de ensino, independentemente da existência de vaga, quando se tratar de aluno servidor público federal civil ou militar, ou de seu dependente, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município, ou para localidade vizinha a ele.

§2°. O requerimento de matrícula por transferência é instruído com o histórico escolar do curso de origem, programas e as cargas horárias das disciplinas nele cursados com aprovação, e o documento de vínculo acadêmico com a instituição de origem devidamente autenticado.

Art. 71. O aluno transferido sujeitar-se-á às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

Parágrafo único. As normas de aproveitamento de estudos e adaptação curricular são definidas em regulamento próprio, aprovado pelo CONSU.

Art. 72. Em qualquer período do curso, independentemente de estar em débito com a Faculdade, estar respondendo processo disciplinar ou estar frequentando o primeiro ou o último semestre do curso, a requerimento do interessado, a Faculdade concede transferência a aluno nele matriculado.

Art. 73. Aplicam-se à matrícula dos diplomados e de alunos regulares originários de cursos afins de instituições congêneres as normas referentes às transferências.

Art. 74. O aluno desistente, que tenha deixado de renovar a matrícula no prazo não superior a dois semestres letivos, pode requerer retorno aos estudos e dar continuidade ao curso que tenha interrompido.

§1°. O retorno de que trata o *caput* pressupõe a existência de vaga, submetendo-se o interessado a processo seletivo se o número de interessados superar o de vagas.

§2°. Ao aluno que retornar aos estudos nos termos deste artigo, aplica-se o currículo em vigor à época de seu reingresso, não havendo direito adquirido sobre o currículo de ingresso do aluno.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE



SEÇÃO I DOS CURSOS

Art. 75. O desempenho do aluno é avaliado por disciplina, mediante seu acompanhamento contínuo ao longo do período letivo, e incide sobre o aproveitamento nos estudos e a frequência às aulas e demais atividades curriculares obrigatórias nos cursos superiores e cursos técnicos.

Art. 76. Como disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 47, §3º, a frequência às aulas é obrigatória, salvo nos casos previstos na legislação pertinente.

§1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, considera-se reprovado o aluno que, na disciplina, não tenha a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas efetivamente ministradas e às outras atividades de frequência obrigatória.

§2º. Para os alunos dos cursos técnicos, beneficiados pela Bolsa-formação, as regras de frequência estabelecidas pelo Governo Federal, para usufruto do benefício, deverão ser, adicionalmente, cumpridas pelo estudante.

§3º. A verificação e o registro de frequência são da responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, cabe à Secretaria Acadêmica.

Art. 77. A composição da nota final do semestre, aprovada pelo CONSU, constará do Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo Único. Nos cursos de nível técnico, em cada período letivo, e em cada disciplina, o aluno é submetido a avaliações que lhe conferem notas de 0 a 10, e terão um critério de avaliação do rendimento escolar e composição da nota final do semestre diferenciado dos cursos de graduação, conforme contemplado no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 78. O aluno é considerado aprovado e dispensado de submeter-se ao exame quando a nota do semestre for igual ou superior a seis (6,0).

Parágrafo único. É elegível ao exame o aluno cuja nota final seja inferior a seis (6,0) e igual ou superior a três (3,0) pontos.

Art. 79. O aluno que se submeter ao exame, cujo valor vai de zero (0) a dez (10) pontos, para ser aprovado, deve obter média mínima de cinco (5) pontos, consideradas no cálculo desta a média semestral e a nota do exame.

Parágrafo único. Na elaboração do exame, considera-se toda a matéria estudada durante o período letivo.



Art. 80. Atribui-se a nota zero (0) ao aluno que valer-se de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor na resolução de provas e exercícios e na elaboração de quaisquer outros trabalhos destinados à avaliação de desempenho do aluno.

Art. 81. Ao aluno que deixar de se submeter a qualquer das provas das avaliações (Projeto, Prova do Professor e Prova Institucional), faculta-se a realização de uma prova substitutiva, mediante justificativa e aprovação da coordenação, obrigando-se ainda ao pagamento da taxa correspondente e desde que a requeira no prazo de setenta e duas (72) horas, contadas estas da realização da prova a que o aluno não tenha comparecido.

§1º A prova substitutiva, tem o mesmo valor da prova substituída.

§2º Não há prova substitutiva para o Exame final.

Art. 82. Faculta-se ao aluno solicitar revisão de notas, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao coordenador do curso, no prazo de setenta e duas (72) horas contadas da divulgação do resultado da avaliação.

§1º O professor da disciplina pode manter ou modificar a nota, fundamentando sua decisão.

§2º Da decisão do professor cabe recurso sucessivamente ao coordenador do curso, ao diretor-geral e, em instância final, ao CONSU.

Art. 83. Os resultados das avaliações parciais e do exame final são expressos em notas que variam de zero (0) a dez (10) pontos, com intervalos de um décimo (0,1) e arredondamento de até quatro décimos (0,4).

Art. 84. O aluno que obtiver extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração do curso de acordo com as normas do sistema de ensino.

CAPÍTULO VII DO REGIME ESPECIAL

Art. 85. É assegurado aos alunos amparados por normas legais o direito a tratamento especial, com dispensa de frequência regular, de conformidade com as regras e condições constantes deste Regimento.

Art. 86. A ausência às atividades escolares durante o regime especial, de que trata o artigo anterior, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento do professor da disciplina, observada a legislação pertinente.



Parágrafo único. Ao elaborar o plano de curso a que se refere este artigo, o professor leva em conta a sua duração de forma que sua execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psicopedagógico da aprendizagem neste regime.

Art. 87. Os requerimentos relativos ao regime especial, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo médico passado por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor Geral, ouvida a instância competente, a decisão sobre os pedidos de regime especial.

CAPÍTULO VIII DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 88. Os Estágios Supervisionados constam de atividades práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho, na forma prevista nos projetos pedagógicos dos respectivos cursos e de acordo com a programação estabelecida pela Coordenadoria de Curso.

§1º. É obrigatória a integralização da carga horária do estágio quando prevista curricularmente nos cursos de graduação e nos cursos técnicos, para obtenção do grau respectivo, nela incluídas as horas destinadas ao planejamento, à orientação paralela e avaliação.

§2º. Os estágios não obrigatórios devem obrigatoriamente ser realizados mediante contratação via agente de integração de estágios, sob pena de não convalidação pela IES.

Art. 89. Os Estágios Supervisionados não estabelecem vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar seguro contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Art. 90. As atividades de estágio são coordenadas pelos respectivos coordenadores de curso e supervisionadas por docentes por eles indicados, após processo de seleção ou indicação do Diretor Geral.

Parágrafo único. Observadas as normas gerais deste Regimento, os Estágios Supervisionados obedecem a regulamento próprio, elaborado pelos respectivos Colegiados de Cursos e submetido à aprovação do CONSU.

Art. 91. Para o curso que assim o exigir, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser desenvolvido pelo aluno com base nas atividades do Estágio Supervisionado, conforme estabelecido em regulamento próprio.



TÍTULO VI DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 92. A comunidade acadêmica é constituída pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo.

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

SEÇÃO I DAS ATIVIDADES DOCENTES

Art. 93. O corpo docente é constituído por todos os professores em exercício na Faculdade.

Art. 94. Os professores admitidos devem ser qualificados acadêmica e profissionalmente em sua área de atuação e com capacidade didático-pedagógica de reconhecida formação.

Art. 95. Os professores são contratados pela UNIBR sob o regime das leis trabalhistas, por indicação do Diretor Geral, observados os critérios deste Regimento, as normas estabelecidas pelo CONSU e o que dispuser o Plano de Carreira e Docente.

Parágrafo único. O Plano de Carreira Docente é submetido à aprovação da UNIBR pelo CONSU, estando nele definidos os requisitos de qualificação para admissão dos docentes e as condições de progressão na carreira, além de outros aspectos pertinentes.

Art. 96. A presença do professor às reuniões de natureza didático-científica, de qualquer órgão colegiado, e às atividades didático-pedagógicas inerentes aos cursos presenciais é obrigatória e inerente à sua função docente.

Art. 97. São atribuições do professor:

- I. participar da elaboração do projeto pedagógico institucional e do projeto pedagógico do curso em que atue;
- II. elaborar o plano de ensino de sua disciplina, seguindo a proposta pedagógica da Faculdade e submetê-los, na época regulamentar, aos órgãos competentes;
- III. orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- IV. organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento escolar e avaliar os resultados obtidos pelos alunos;
- V. estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento escolar;
- VI. postar no sistema da Faculdade os planos de ensino, os conteúdos programáticos, a



frequência e os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados no calendário letivo;

- VII. observar o regime acadêmico e disciplinar da Faculdade;
- VIII. votar, podendo ser votado para representante de sua classe nos órgãos colegiados;
- IX. participar das reuniões e dos trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- X. elaborar e executar projetos de pesquisa que propiciem a articulação da Faculdade com a comunidade;
- XI. recorrer de decisões dos órgãos deliberativos e executivos;
- XII. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Regimento ou delegadas por autoridade competente.

CAPÍTULO II DO CORPO DISCENTE

SEÇÃO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 98. Constitui o corpo discente da Faculdade os alunos regulares e os não-regulares, duas categorias que se diferenciam pela natureza dos cursos a que estão vinculados e que atendam às orientações da legislação específica.

§1º. Aluno regular é o aluno matriculado em cursos de graduação, pós-graduação ou de formação técnica de nível médio.

§2º. O aluno não-regular é aquele inscrito em disciplinas isoladas, em cursos de extensão ou outros distintos dos mencionados no parágrafo anterior, nos termos das normas específicas aprovadas pelo CONSU.

Art. 99. São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

- I. frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;
- II. utilizar os serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade de acordo com as normas próprias;
- III. ser atendido pelos professores, coordenadores e diretores sempre que se fizer necessário, para esclarecimentos quanto aos procedimentos do processo de ensino-aprendizagem ou técnico-administrativos;
- IV. sugerir medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino na Faculdade;
- V. participar dos órgãos colegiados da Faculdade na forma prevista neste Regimento;
- VI. observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se de acordo com os preceitos éticos e morais condizentes com a dignidade humana e com os princípios e objetivos da



-
- Faculdade;
- VII. estar quite com o pagamento das mensalidades escolares e demais obrigações decorrentes de sua condição de aluno;
 - VIII. zelar pelo patrimônio moral, cultural e material da Faculdade;
 - IX. abster-se de toda manifestação, propaganda ou prática que importe em desrespeito à lei, às instituições, às autoridades e a este Regimento.
 - X. recorrer, nos prazos previstos, das decisões dos órgãos deliberativos e executivos da Faculdade;
 - XI. exercer as demais atividades escolares que lhe sejam solicitadas pelos professores e dirigentes da Faculdade.

SEÇÃO II DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art. 100. O corpo discente dos cursos de graduação tem direito à organização do seu órgão de representação estudantil, entidade que congrega alunos da Faculdade:

- I. Diretório Acadêmico (DA);
- II. Centro Acadêmico (CA).

§1º. Regem-se por estatuto próprio, elaborado conforme legislação vigente, respeitadas as disposições deste Regimento e as normas emanadas dos órgãos superiores.

§2º. O estatuto, aprovado em assembleia geral dos alunos regulares e registrado em cartório, deve ser apresentado ao CONSU para reconhecimento.

§ 3º. Acordos, intercâmbios e convênios com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais que envolvam o interesse da Faculdade, deverão ser submetidos à direção geral para aprovação do CONSU.

§ 4º. São vedadas ao Diretório Acadêmico e Centro Acadêmico atividades de natureza político-partidárias no âmbito da Faculdade.

Art.101. Cessa o mandato da representação estudantil, quando:

- I. sofrer pena de suspensão ou exclusão, após processo disciplinar;
- II. exceder o prazo máximo de integralização de seu curso;
- III. interromper seus estudos, mediante desistência, trancamento ou cancelamento de matrícula ou concluir o curso.

Art. 102. A representação discente, nos órgãos colegiados, tem por objetivo:

- I. a defesa dos interesses da classe estudantil perante a administração da Faculdade;



-
- II. sugerir atividades ou programas que favoreçam a integração da comunidade acadêmica e o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, resguardados os interesses da Faculdade;
 - III. promover o estreitamento das relações entre o educando, o professor, o funcionário e os gestores da Faculdade.

Art. 103. Aplicam-se aos representantes discentes as seguintes disposições:

- I. são elegíveis os alunos regularmente matriculados e frequentes nos cursos de graduação e de nível técnico e que estejam cursando pelo menos três disciplinas que cubram a duração de seus mandatos e em cujos prontuários não constem pena disciplinar;
- II. o exercício das funções de representação discente, em qualquer órgão colegiado, até mesmo no diretório e centro acadêmico, não desobriga o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos, especialmente os relativos à frequência e avaliação do desempenho escolar.

Art. 104. As turmas regulares dos cursos de graduação e de nível técnico da Faculdade terão alunos representantes e vices-representantes de turma, eleitos semestralmente por seus pares, nos termos da regulamentação específica.

Art. 105. A representação de turma e a representação discente nos órgãos colegiados, perderá o mandato nos seguintes casos:

- I. Renunciar expressamente;
- II. Faltar a duas (2) reuniões consecutivas a que tenha sido convocado, sem que haja qualquer motivo, justificativa e comunicação;
- III. Trancar a matrícula ou perder o vínculo com a Faculdade por evasão ou conclusão do curso;
- IV. Exceder o prazo máximo de integralização de seu curso;
- V. Sofrer qualquer das penalidades previstas neste Regimento;
- VI. Faltar com os deveres previstos nas normas emanadas dos órgãos superiores, nos regulamentos internos, neste Regimento, por solicitação da Coordenação de Curso;
- VII. Por requerimento expresso da própria turma, assinado pela maioria simples.

SEÇÃO III DA MONITORIA

Art. 106. A Faculdade pode instituir programa de Monitoria, nele admitindo alunos regulares, selecionados pelas Coordenadorias de Curso e designados pelo Diretor Geral entre os alunos que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou na área da monitoria, bem como aptidão para atividades auxiliares de ensino e pesquisa.



§1°. A monitoria não implica em vínculo empregatício e é exercida sob a orientação de um professor, vetada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas e práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

§2°. O exercício da monitoria pode ser pontuado curricularmente para futura seleção e ingresso na carreira docente da Faculdade.

§3°. Compete aos Colegiados de Curso baixar as normas regulamentadoras da monitoria, a ser submetida à aprovação do CONSU.

Art. 107. A Faculdade pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pelo CONSU.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 108. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os funcionários não docentes da Faculdade, tem a seu cargo os serviços de suporte técnico e administrativo necessário ao regular funcionamento da Faculdade.

Parágrafo único. A Faculdade zela pela manutenção de padrões e condições de trabalho condizentes com a natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

Art. 109. Os funcionários não docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento e demais normas expedidas pelos órgãos superiores da Faculdade e no que dispuser o Plano de Cargos e Salários.

TÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 110. Na Faculdade, o regime disciplinar que atender aos princípios fundamentais de respeito à dignidade humana, de observância às disposições legais e regimentais, às normas baixadas pelos órgãos competentes e pela autoridade que deles emanam e de preservação do patrimônio moral, cultural e material estende-se a todos os membros da comunidade acadêmica.

Art. 111. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, qualquer ato



cometido por um membro da Faculdade que promova danos morais ou materiais, bem como o não atendimento ou a transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§1º. Na aplicação das sanções disciplinares são consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos dela advindos, à vista dos seguintes elementos:

- a) primariedade ou reincidência do infrator;
- b) dolo ou culpa;
- c) valor do bem moral, cultural ou material atingido;
- d) grau de autoridade ofendida.

§2º. A aplicação de penalidade disciplinar ao aluno que implique afastamento temporário ou definitivo de suas atividades é precedida de processo disciplinar mandado instaurar pela Diretoria Geral.

§3º. Em caso de dano material ao patrimônio da Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator fica obrigado ao ressarcimento dos prejuízos causados.

§4º. O Diretor Geral pode, em caso de extrema gravidade, suspender o aluno enquanto perdurar o processo disciplinar.

§5º. É assegurado ao acusado o direito à ampla defesa e ao contraditório, diretamente ou por intermédio de advogado legalmente constituído.

Art. 112. São penalidades aplicáveis aos membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo:

- I. advertência oral e sigilosa;
- II. repreensão por escrito;
- III. suspensão;
- IV. demissão ou desligamento.

Art. 113. Para aplicação das penalidades disciplinares são competentes:

- I. Conselho Superior;
- II. Diretoria Geral;
- III. Coordenador do Curso;

Parágrafo único. O Diretor Geral é o principal responsável pela observância dos preceitos disciplinares e aplicação das sanções estabelecidas em lei e neste Regimento.

Art. 114. Revogado.

Art. 115. Da pena de advertência por escrito à suspensão aplicada aos membros do corpo discente cabe recurso ao CONSU.



Art. 116. A pena de desligamento de membros do corpo discente é aplicada pelo CONSU, apurada em processo administrativo, mandado instaurar pelo Diretor Geral, respeitado sempre o princípio constante do § 5º do art.111.

Art. 117. Cabe ao Diretor Geral propor a aprovação, pelo CONSU, do Código de Ética da Faculdade.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE

Art. 118. Os membros do corpo docente estão sujeitos às sanções previstas na legislação trabalhista vigente.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE

Art. 119. Os membros do corpo discente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

I - repreensão, por escrito, devido a:

- a) ofensa a honra de outro aluno;
- b) danos ao patrimônio de aluno ou da Faculdade de maneira dolosa, ressalvado dever de indenizar o dano causado;
- c) improbidade na execução de atos ou trabalhos acadêmicos;
- d) desobediência a qualquer ordem emanada da Diretoria Geral, das Coordenadorias e de qualquer membro do corpo docente no exercício de suas funções;
- e) gravação não autorizada da voz ou imagem do Diretor Geral, qualquer Coordenador de curso, membro do corpo docente ou colaborador da Faculdade em suas funções, por quaisquer meios;
- f) manter conduta incompatível com o ambiente acadêmico.

II – suspensão devido a:

- a) reincidência nas faltas previstas no inciso I;
- b) ofensa a imagem da Mantenedora, Faculdade e quaisquer de seus departamentos;
- c) ofensa a honra do Diretor Geral, de qualquer Coordenador de curso, de membro do corpo docente ou de colaborador da Faculdade em suas funções;
- d) ofensa a integridade física de discente dentro das dependências da IES;
- e) incitação à perturbação ou perturbação da ordem no recinto da Faculdade.

III - Desligamento, por:

- a) reincidência nas faltas previstas no item II;
- b) falsificação de documentos para uso junto à Faculdade;



- c) ofensa a integridade física do Diretor Geral, de qualquer Coordenador de curso, de membro do corpo docente ou de colaborador da Faculdade em suas funções.
- d) prática de qualquer conduta tipificada como infração penal na legislação;
- e) prática de assédio moral, assédio sexual ou discriminação;
- f) prática de bullying.

§ 1º. Inclui-se na conduta incompatível:

- a) prática de jogo de azar, não autorizado por lei;
- b) incontinência pública e escandalosa ou mau procedimento;
- c) quebra de decoro;
- d) embriaguez ou toxicomania.

§ 2º. Para os fins deste Regimento, considera-se:

- I- assédio moral: a conduta praticada no exercício profissional ou em razão dele, por meio da repetição deliberada de gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos que exponham o profissional que esteja prestando seus serviços a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade e à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los das suas funções ou de desestabilizá-los emocionalmente, deteriorando o ambiente profissional;
- II- assédio sexual: a conduta de conotação sexual, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual, assim como qualquer manifestação da cultura do estupro;
- III- discriminação: a conduta comissiva ou omissiva que dispense tratamento constrangedor ou humilhante a pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua deficiência, pertença a determinada raça, cor, gênero, orientação sexual, procedência nacional ou regional, origem étnica, condição de gestante, lactante ou nutriz, faixa etária, religião ou outro fator.

Art. 119-A. A Direção Geral é a autoridade competente para instauração, processamento e julgamento do regime disciplinar, podendo nomear colaborador para oficial junto a ele ou atuar em seu lugar.

§ 1º. O regime disciplinar observará o seguinte rito: portaria da Direção Geral instaurando o mencionado regime e fixando medidas de caráter urgente, informando ao discente o prazo para apresentar sua defesa ao setor de atendimento da IES; apresentação no prazo de 5 dias, caso deseje, da defesa por parte do discente; análise da queixa e defesa por parte da Direção Geral e oportuno saneamento, caso necessário; designação de audiência de tentativa de conciliação, se compreendida como adequada ao caso; designação de



audiência de instrução, caso haja necessidade de produção de prova oral; julgamento da demanda.

§ 2º. Da aplicação das penalidades a que se refere o presente artigo, cabe recurso, sem efeito suspensivo, para o CONSU, no prazo de cinco dias, contados da data de comunicação do ato.

Art. 120. O registro da penalidade aplicada é feito nos assentamentos escolares, não constando, porém, do histórico escolar do aluno, salvo em caso de desligamento.

Parágrafo único. É cancelado o registro da penalidade de repreensão se, no prazo de um ano de sua aplicação, o aluno não incorrer em reincidência. A penalidade de suspensão perdurará até o encerramento do curso.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 121. Aos membros do corpo técnico-administrativo e de apoio aplicam-se as penalidades da legislação trabalhista e as definidas neste Regimento para o corpo docente, naquilo que lhe for aplicável.

Parágrafo único. Revogado.

TÍTULO VIII DA TUTORIA

Art. 122. A tutoria é constituída pelos profissionais que atuam, presencialmente ou a distância, na mediação das ações pedagógicas de interação entre professores e alunos, com o objetivo de facilitar o processo de ensino, conforme legislação pertinente em vigor.

TÍTULO IX DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 123. Ao concluinte de curso de graduação e de nível técnico é conferido o respectivo grau e expedido o diploma correspondente.

§ 1º. O diploma é assinado pelo Diretor Geral e pelo Secretário Acadêmico, sendo opcional a assinatura do diplomado a partir da emissão do diploma digital, e será registrado nos órgãos ou Universidades aptas ao registro, conforme estabelece a legislação.

§ 2º. No caso de falta ou impedimento do Diretor Geral, a Mantenedora indicará quem o substituirá, o qual assumirá, em tais hipóteses, todas as atribuições ordinárias da função, inclusive as de participação em colegiados.



Art. 124. Os graus acadêmicos são conferidos pelo Diretor Geral, em sessão solene e pública da Faculdade, na qual os graduados prestam o compromisso de praxe, e lavrada respectiva ata.

Parágrafo único. Na falta ou impedimento do Diretor Geral na sessão solene e pública de colação de grau da Faculdade, a Mantenedora indicará quem o substituirá, inclusive para a imposição do grau acadêmico aos graduados.

Art. 125. Ao concluinte que requerer, em separado, o grau é conferido em ato simples nas dependências da Faculdade, em data e horário determinados pelo Diretor Geral.

Parágrafo único. Do ato é lavrada ata, assinada pelo Diretor Geral e pelo Secretário Acadêmico.

Art. 126. Ao concluinte de curso de especialização, aperfeiçoamento e extensão é expedido o respectivo certificado, assinado pelo Diretor Geral, pelo concluinte e pelo Secretário Acadêmico.

Art. 127. A Faculdade, após aprovação pelo CONSU, outorga títulos de:

- I. Professor Emérito a docentes que tenham alcançado eminência em seu desempenho e que se aposentaram, com relevantes serviços prestados à Faculdade;
- II. Benemérito, a personalidades notáveis, cujas descobertas, publicações ou trabalhos constituam contribuição relevante para a educação, ciência e a cultura.

Parágrafo único. A concessão destes títulos é feita por proposta do Diretor Geral, após aprovação do CONSU, e são outorgados em solenidade pública.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 128. As taxas e encargos educacionais são apresentados pela Diretoria Geral ao CONSU para homologação, atendida a legislação vigente.

Art. 129. Salvo disposições em contrário deste Regimento, o prazo para a interposição de recursos é de quinze dias contados da data da publicação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 130. O presente Regimento pode ser alterado por deliberação de no mínimo 2/3 dos membros do CONSU, quando houver conveniência para o ensino e a administração da Faculdade e sempre que não venha colidir com a legislação em vigor, submetendo-se as



alterações ao órgão competente.

Parágrafo único. As alterações que envolverem matéria pedagógica somente podem ser aplicadas no período letivo seguinte à data da aprovação.

Art. 131. Os casos omissos e de interpretação legal são resolvidos pelo Diretor Geral, ouvido o CONSU, e a UNIBR, nos casos pertinentes.

Art. 132. Este Regimento entra em vigor na data de aprovação pelo órgão federal competente, conforme legislação em vigor.